

19/11/2009

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO 1.171 REPÚBLICA ARGENTINA

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE. (S) : GOVERNO DA ARGENTINA
EXTDO. (A/S) : HECTOR ROBERTO HERMOSID
ADV. (A/S) : PATRÍCIA RIBEIRO LOURENÇO

E M E N T A: EXTRADIÇÃO PASSIVA - ACORDO DE EXTRADIÇÃO (MERCOSUL) - NACIONAL ARGENTINO - HOMICÍDIO SIMPLES - INVESTIGAÇÃO PENAL AINDA EM CURSO - POSSIBILIDADE - ALEGAÇÃO DE DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DOCUMENTAL DO PEDIDO EXTRADICIONAL - INOCORRÊNCIA - PRETENDIDO REEXAME DOS FATOS SUBJACENTES À INVESTIGAÇÃO PENAL - NEGATIVA DE AUTORIA - INADMISSIBILIDADE - SISTEMA DE CONTENCIOSIDADE LIMITADA - SATISFAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS E ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES REFERENTES AO PEDIDO EXTRADICIONAL - EXIGÊNCIA DE DETRAÇÃO PENAL - EXTRADIÇÃO DEFERIDA.

NOTA DIPLOMÁTICA E PRESUNÇÃO DE VERACIDADE.

- A Nota Diplomática, que vale pelo que nela se contém, goza da presunção "juris tantum" de autenticidade e de veracidade (RTJ 177/485-488). Trata-se de documento formal cuja eficácia jurídica deriva das condições e peculiaridades de seu trânsito por via diplomática.

Presume-se, desse modo, a sinceridade da declaração encaminhada por via diplomática, no sentido de que a pretensão punitiva ou executória do Estado requerente mantém-se íntegra, nos termos de sua própria legislação. Essa presunção de veracidade - sempre ressalvada a possibilidade de demonstração em contrário - decorre do princípio da boa-fé, que rege, no plano internacional, as relações político-jurídicas entre os Estados soberanos.

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas - Artigo 3º, n. 1, "a" - outorga, à Missão Diplomática, o poder de representar o Estado acreditante ("État d'envoi") perante o Estado acreditado ou Estado receptor (o Brasil, no caso), derivando, dessa eminente função política, um complexo de atribuições e de poderes reconhecidos ao agente diplomático que exerce a atividade de representação institucional de seu País, ai incluída a prerrogativa de fazer declarações, como aquela a que se refere o Acordo de Extradição/MERCOSUL (Artigo 18, n. 4, III).



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

PROCESSO EXTRADICIONAL E SISTEMA DE CONTENCIOSIDADE LIMITADA: INADMISSIBILIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE A PROVA PENAL PRODUZIDA PERANTE O ESTADO REQUERENTE.

- A ação de extradição passiva não confere, ordinariamente, ao Supremo Tribunal Federal, qualquer poder de indagação sobre o mérito da pretensão deduzida pelo Estado requerente ou sobre o contexto probatório em que a postulação extradicional se apóia, não cabendo, ainda, a esta Corte Suprema, o exame da negativa de autoria invocada pelo extraditando em sua defesa. Precedentes. Doutrina.

- O sistema de contenciosidade limitada, que caracteriza o regime jurídico da extradição passiva no direito positivo brasileiro, não permite qualquer indagação probatória pertinente ao ilícito criminal cuja persecução, no exterior, justificou o ajuizamento da demanda extradicional perante o Supremo Tribunal Federal.

- Revelar-se-á excepcionalmente possível, no entanto, a análise, pelo Supremo Tribunal Federal, de aspectos materiais concernentes à própria substância da imputação penal, sempre que tal exame se mostrar indispensável à solução de controvérsia pertinente (a) à ocorrência de prescrição penal, (b) à observância do princípio da dupla tipicidade ou (c) à configuração eventualmente política tanto do delito atribuído ao extraditando quanto das razões que levaram o Estado estrangeiro a requerer a extradição de determinada pessoa ao Governo brasileiro. Inocorrência, na espécie, de qualquer dessas hipóteses.

VALIDADE CONSTITUCIONAL DO ART. 85, § 1º, DA LEI Nº 6.815/80.

- As restrições de ordem temática, estabelecidas no Estatuto do Estrangeiro (art. 85, § 1º) - cuja incidência delimita, nas ações de extradição passiva, o âmbito material do exercício do direito de defesa -, não são inconstitucionais, nem ofendem a garantia da plenitude de defesa, em face da natureza mesma de que se reveste o processo extradicional no direito brasileiro e, ainda, em decorrência do próprio modelo de contenciosidade limitada adotado pelo ordenamento positivo nacional. Precedentes.

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

EXTRADIÇÃO - DUPLA TIPICIDADE E DUPLA PUNIBILIDADE.

- O postulado da dupla tipicidade - por constituir requisito essencial ao atendimento do pedido de extradição - impõe que o ilícito penal atribuído ao extraditando seja juridicamente qualificado como crime tanto no Brasil quanto no Estado requerente. Delito imputado ao súdito estrangeiro - homicídio simples - que encontra, na espécie em exame, plena correspondência típica na legislação penal brasileira.

- Não se concederá a extradição, quando se achar extinta, em decorrência de qualquer causa legal, a punibilidade do extraditando, notadamente se se verificar a consumação da prescrição penal, seja nos termos da lei brasileira, seja segundo o ordenamento positivo do Estado requerente. A satisfação da exigência concernente à dupla punibilidade constitui requisito essencial ao deferimento do pedido extradicional.

- Observância, na espécie, do postulado da dupla punibilidade, eis que atendida, no caso, a exigência fundada no Acordo de Extradição (MERCOSUL), que impõe, tão-somente, ao Estado requerente, que instrua o pedido com declaração formal "de que a ação e a pena não estejam prescritas de acordo com sua legislação" (Artigo 18, n. 4, III). Desnecessidade, em tal caso, de oferecimento de cópia dos respectivos textos legais, exceto se o Supremo Tribunal Federal reputar indispensável essa produção documental. Inexistência, na espécie, de qualquer dúvida objetiva sobre a subsistência da pretensão punitiva do Estado requerente.

DETRAÇÃO PENAL E PRISÃO CAUTELAR PARA EFEITOS EXTRADICIONAIS.

- O período de duração da prisão cautelar do súdito estrangeiro, no Brasil, decretada para fins extradicionais, ainda que em processo de extradição julgado extinto por instrução documental deficiente, deve ser integralmente computado na pena a ser cumprida no Estado requerente.

- Essa exigência - originariamente estabelecida no Código Bustamante (art. 379), hoje fundada no Estatuto do Estrangeiro ou, quando houver, em tratado de extradição específico (como o Acordo de Extradição/MERCOSUL) - objetiva impedir que a prisão cautelar, no Brasil, quando decretada para fins extradicionais, culmine por prorrogar, indevidamente, o lapso temporal da pena de prisão a que

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

estará **eventualmente** sujeito, **no Estado requerente**, o súdito estrangeiro cuja entrega foi reclamada ao Governo brasileiro.

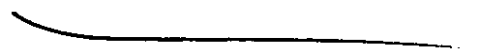
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência do Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos e **nos termos** do voto do Relator, **em deferir** o pedido de extradição. Falou pelo extraditando a Dra. Patrícia Ribeiro Lourenço. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Eros Grau.

Brasília, 19 de novembro de 2009.



CELSO DE MELLO - RELATOR



19/11/2009

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO 1.171 REPÚBLICA ARGENTINA

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE. (S) : GOVERNO DA ARGENTINA
EXTDO. (A/S) : HECTOR ROBERTO HERMOSID
ADV. (A/S) : PATRÍCIA RIBEIRO LOURENÇO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Trata-se de extradição instrutória que o Governo da República Argentina requereu, por sua Missão Diplomática, ao Governo brasileiro, objetivando a entrega de HECTOR ROBERTO HERMOSID, nacional argentino, motivada pela suposta prática de crime de homicídio simples, alegadamente ocorrido, naquele País, em 18/11/2006 (fls. 11).

Eis as acusações deduzidas contra o ora extraditando (fls. 10/11):

" (...) que ao nomeado *Hermosid* se lhe atribui 'ter agredido fisicamente com um disparo de arma de fogo a Pablo Gonzalez, depois de cruzar umas palavras com este, e de esquivar um soco da vítima, quando ambos se retiravam do local Bar Dani, estando quase na porta o imputado extrai uma arma de fogo da cintura, aponta e efetua um disparo que ingressa na parte anterior do tórax em linha mamilar esquerda, terceiro e quarto espaços intercostais, perfurando o coração, o que produziu um choque hipovolêmico por hemorragia em massa, o que provocou a morte da vítima aos poucos minutos de ingressado no Hospital San José, fato acontecido no Bar Dani, situado na rua Cettour 2060 de San José, Departamento Colón, Província de Entre Rios, no dia 18 de novembro de 2006 na hora 15:30, aproximadamente.



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Que o fato atribuído a HECTOR ROBERTO HERMOSID se ajusta ao prescrito pelo Artigo 79 do Código Penal - HOMICÍDIO SIMPLES -, que prevê reclusão ou prisão de oito a vinte e cinco anos, o que autoriza a extradição segundo o Tratado Internacional - Lei 17.272 (...)." (grifei)

Em 10/09/2008, nos autos da PPE 613, o Governo da Argentina, mediante Nota Verbal regularmente apresentada por sua Missão Diplomática ao Governo brasileiro (Apenso, fls. 02/06, da PPE 613), requereu a decretação da prisão preventiva, para efeitos extradicionais, do ora extraditando. Decretei-lhe, em 24/09/2008, a prisão cautelar, que foi efetivada em 12/06/2009 (fls. 36).

Como a prisão ocorreu no Estado de Santa Catarina, deleguei competência a Juiz Federal daquela Seção Judiciária para a realização do interrogatório do ora extraditando (fls. 27), que se deu no dia 21/07/2009 (fls. 86/87), havendo estado presente a ilustre Advogada que o súdito estrangeiro em questão constituiu (fls. 86).

O ora extraditando, por intermédio de sua Advogada, produziu defesa técnica, em que impugnou o pedido extradicional ora em julgamento (fls. 95/108), apoiando-se, para tanto, nos seguintes fundamentos:

"II - Ausência de Documentos Indispensáveis

O pleito extradicional apresentado via diplomática pela república argentina carece, sem maiores delongas,



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

da documentação imprescindível à fidedigna apreciação por esta corte constitucional, no moldes do artigo 80 do Estatuto do Estrangeiro (lei nº 6815/80) que prevê a necessidade de juntar documento contendo:

- a) **indicações precisas** sobre o local,
- b) **data**,
- c) **natureza** e circunstâncias do fato criminoso,
- d) **identidade** do extraditando, e, ainda,
- e) **cópia** dos textos legais sobre o crime, a pena e sua prescrição.

No tocante aos itens 'a', 'b' e 'c' acima descritos, ou seja, 'indicações precisas sobre o local, data, natureza e circunstâncias do fato incriminador', o Estado Requerente **limitou-se** a trazer ao conhecimento da autoridade brasileira alguns documentos esparsos, tais como um exorto e uma declaração de 'rebeldia' (revelia).

Ocorre que o Estado Requerente **não anexou** ao pedido a peça exordial de toda ação penal pública, ou seja, não há nos autos a denúncia oferecida pelo Ministério Público, cuja competência do 'Ministério Fiscal' assim denominado no Código de Processo Penal argentino, é a de exercer a ação penal pública, iniciada assim, com a denúncia (artigo 5º).

Deste modo, **não há**, nos autos, **cópia da verdadeira acusação** que pesa contra o extraditando, devidamente formalizada pelo órgão responsável por tal, o Ministério Público, denominado no país requerente como 'Ministério Fiscal'.

Quanto ao item 'd', em que pese terem sido colhidos dados da identidade do extraditando na audiência de interrogatório realizada perante a 2ª Vara Federal Criminal de Florianópolis/SC, convém salientar que os autos não trazem em seu bojo a devida e mais completa identidade civil da pessoa que o Estado Requerente pretendia a detenção para fins de extradição.

Veja que nos autos há deficiência de informações no tocante à ausência de descrição do local de nascimento (naturalidade), nomes do pai e da mãe (filiação), e indicação do último endereço de residência do súdito argentino.

Também **carecem os autos** de cópia de documento ou bilhete de identidade do nacional argentino, sua ficha



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

biográfica ou mesmo, ficha contendo rol de antecedentes criminais.

Todos esses dados e documentos trariam ao Estado requerido a certeza quanto à identidade civil do nacional argentino, o que não é possível extrair dos autos, impondo também por esta razão, o indeferimento do pedido de extradição.

No que tange ao 'texto legal' indicado acima como item 'e', convém esclarecer que o § 1º do artigo IV do Tratado Brasil/Argentina, e bem assim, o artigo 80 do Estatuto do Estrangeiro, também foram sumariamente ignorados pelo país requerente, pois nos autos consta a página (fl. 05) contendo descrições dos artigos 59, 62, 63 e 79, como se fossem extraídos do Código Penal, todavia, o extraditando impugna tais escritos, porque além de demonstrarem citações esparsas, não há indicação precisa de qual espécie de ATO NORMATIVO e respectivo número foram extraídas.

Em outras palavras, presume-se que a fl. 05 indica trechos esparsos da norma denominada 'CÓDIGO PENAL', todavia, não há indicação da lei e seu número, tal como o Código Penal Brasileiro, consistente no DECRETO-LEI Nº 2848 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940.

O extraditando impugna o texto de fl. 05 ante a deficiente indicação da norma, bem como, em face de que não é possível auferir a qualidade de 'texto legal' ao conteúdo digitado, o qual faz menção a poucos artigos.

Igualmente o país requerente **não tem** a melhor sorte porque não há resquícios nos autos de atos que possam suspender ou interromper a prescrição, aliás, não há prova da existência do tipo penal, quiçá dos prazos interruptivos e suspensivos da prescrição.

.....
Apenas a título de ilustração, o próprio País requerente prevê em seu Código de Processo Penal a hipótese de extradição solicitada a juízes do próprio país, descrevendo dentre os documentos necessários, o auto de processamento, o que não consta nos presentes autos.

Por consequência, não havendo nos autos o Auto de Prisão, não há detalhes sobre os fatos colhidos pela Polícia local, não há depoimento de testemunhas presenciais, não há provas e nem indícios que apontem de onde surgiu o envolvimento do extraditando com os fatos noticiados nos autos.

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Também não há prova de que o extraditando tenha sido procurado, seja pela autoridade policial, seja pela autoridade judicial, para ser intimado e/ou citado a comparecer a determinado ato e responder aos questionamentos acerca do fato criminoso ora imputado nos autos.

Não havendo prova das tentativas de intimação e/ou citação inexitosas, não há como admitir que o extraditando fosse declarado 'rebelde' (revel), ato este que gerou a ordem de detenção!

Não bastasse, o documento de fl. 09 dos autos está escrito em espanhol, não apresentando qualquer tradução para o vernáculo, razão pela qual o extraditando desde já impugna.

Em conclusão, a República Argentina **elabora** pedido de extradição, **com fulcro** no tratado Brasil-Argentina e **não traz junto** ao pedido os documentos essenciais ao processamento e julgamento do pedido. Desta feita, nada resta a este Supremo Tribunal Federal senão desconhecer o pedido de extradição ante o defeito de forma dos documentos apresentados, a ausência de outros documentos essenciais, bem como, ante a identidade da pessoa.

.....
Por todo o exposto, é questão de justiça e de legalidade **negar** o pleito extraditório **quando** a parte interessada **descumpre** com seu dever processual de instruir devidamente o pedido. '**Mutatis mutandis**', a regra do Código de Processo Civil se aplica ao caso:

Art. 283 - A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

Por esta razão, resta demonstrado, de modo claro, que o Estado requerido omitiu informações, dados e documentos, bem como, não instruiu devidamente o pedido. Deste vértice, não deve ser conhecido o pedido neste ponto, haja vista a carência do direito de ação, na forma do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

IV - Do suposto crime de homicídio simples

Segundo se extrai da Nota Verbal, o Estado Requerente **pretende processar** o extraditando **por ter este cometido** supostamente o crime de homicídio simples, **a princípio** punível com pena de reclusão ou

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

prisão de 08 a 25 anos **segundo o artigo 79** do Código Penal Argentino.

A conduta, **supostamente** perpetrada pelo extraditando **se enquadra** na moldura legislativa brasileira (de acordo com o inciso II do art. 77 da Lei nº 6.815/80), **porém**, o País Requerente **omitiu** que o artigo seguinte (80) **prevê** punição de RECLUSÃO OU PRISÃO PERPÉTUA para o mesmo crime, **se praticado** mediante atos que configuram agravantes.

Como os autos não foram devidamente instruídos com a denúncia que deveria ter sido ofertada pelo representante do Ministério Público, detentor da ação penal pública, não há como saber se o extraditando efetivamente responderá e será processado tão somente nos termos do art. 79 do Código Penal Argentino, ainda mais se considerarmos que cada Província argentina possui um Código de Processo Penal específico.

Em outras palavras, quer o extraditando frisar que não se pode descartar a possibilidade do mesmo ser processado e condenado pelo País Requerente às penas de prisão ou reclusão perpétuas, o que não é admitido no Brasil, devendo ser indeferido o pedido de extradição.

Porém, acaso a presente extradição seja deferida, **cumprir ao país** requerente assumir o compromisso de não processar e não condenar o extraditando por crime que seja punido com prisão perpétua (ou reclusão perpétua).

.....

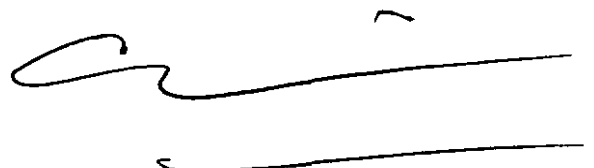
V - Pedido

Diante do acima exposto, bem como por tudo mais que dos autos consta, **requer o extraditando**:

a) seja recebida a presente defesa por escrito, na forma do art. 85 da Lei 6.815/80, para que surta seus jurídicos e legais efeitos;

b) seja intimado o Exmo. Senhor Procurador-Geral da República para se manifestar, nos termos do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal;

c) não seja conhecido o pedido de extradição formulado pelo Estado requerente, ante a ausência de documentos indispensáveis para a sua análise e a deficiente formação do pedido, devendo o mesmo ser julgado extinto, ante a carência de ação, consoante as razões expostas;



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

d) na remota hipótese desta Egrégia Suprema Corte deferir o pleito extradicional, requer-se seja dado cumprimento à entrega do extraditando nos termos do tratado, determinando ao Estado Requerente a obrigação de não fazer, consistente em não permitir que o extraditando seja condenado às penas de prisão ou reclusão perpétuas." (grifei)

O Ministério Público Federal, em pronunciamento subscrito pela ilustre Subprocuradora-Geral da República, Dra. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES, aprovado pelo eminente Procurador-Geral da República, Dr. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS, assim resumiu e apreciou a presente controvérsia (fls. 118/121):

"EXTRADIÇÃO INSTRUTÓRIA FORMULADA PELO GOVERNO DA ARGENTINA. SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME DE HOMICÍDIO SIMPLES. PEDIDO QUE ATENDE AOS REQUISITOS FORMAIS INDISPENSÁVEIS AO SEU DEFERIMENTO. ARGUMENTOS DA DEFESA QUE NÃO MERECEM PROSPERAR. PARECER PELA CONCESSÃO DO PEDIDO.

1. O GOVERNO DA ARGENTINA formulou pedido de extradição instrutória, com base no Tratado de Extradição firmado entre os Estados brasileiro e argentino, de seu nacional HECTOR ROBERTO HERMOSID, tendo em vista mandado de prisão expedido pelo Juizado de Instrução Sub-rogante de Colón, Província de Entre Ríos, nos autos do Processo nº 1.300/06, pela suposta prática do crime de homicídio simples, conforme teor da Nota Verbal nº 59/2009 (fls. 4/20).

2. A prisão preventiva para fins de extradição foi decretada em 24 de setembro de 2008 e efetivada em 16 de junho de 2009 (fls. 9/10 e 32, respectivamente, dos autos da PPE nº 613).

3. Constam dos autos o interrogatório do extraditando (fls. 88/90), bem como sua defesa técnica,

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

na qual afirma: i) que o Estado requerente não juntou cópias de documentos indispensáveis à instrução do pedido, dentre os quais, cópia do inquérito policial, da denúncia oferecida pelo Ministério Público argentino, dos dispositivos penais referentes às causas de interrupção e suspensão da pretensão punitiva, da citação e das intimações relativas à sua pessoa; ii) que a Nota Verbal não trouxe elementos que garantissem uma completa identificação civil da pessoa procurada pelo Governo argentino; iii) que os elementos dos autos não indicam sua participação no evento criminoso; iv) que não há provas de que os dispositivos da legislação penal juntados foram realmente extraídos do Código Penal argentino e v) que, diante da ausência das cópias do inquérito policial e da denúncia, é impossível verificar se irá responder pelo crime de homicídio simples ou pelo de homicídio agravado, sendo que a pena máxima prevista para este é a prisão perpétua, fato que configura óbice ao deferimento do pedido, caso o Estado requerente não se comprometa a comutar a pena de prisão perpétua na pena máxima de 30 (trinta) anos (fls. 94/108).

4. O extraditando requereu, ao final, o indeferimento do pedido de extradição.

5. Os fatos pelos quais o extraditando está sendo processado no país requerente podem ser assim resumidos:

'(...)

Que ao nomeado HERMOSID se lhe atribui 'ter agredido fisicamente com um disparo de arma de fogo a PABLO GONZALEZ, depois de cruzar umas palavras com este, e de esquivar um soco da vítima, quando ambos se retiravam do local BAR DANI, estando quase na porta o imputado extrai uma arma de fogo da cintura, aponta e efetua um disparo que ingressa na parte anterior do tórax em linha mamilar esquerda terceiro e quarto espaço intercostal, perfurando o coração, o que produziu choque hipovolêmico por hemorragia em massa, o que provocou a morte da vítima aos poucos minutos de ingressado no Hospital San José, fato acontecido no BAR DANI situado na rua Cettour 2060 de San José, Departamento Colón, Província Entre Ríos, no dia 18 de novembro de 2006 na hora 15:30 aproximadamente''. (fls. 10/11)

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

6. Do relato acima, verifica-se que o Estado requerente **dispõe** de competência jurisdicional para processar e julgar o crime imputado ao extraditando, que naquele país cometeu o ilícito penal a ele atribuído, estando este caso em perfeita consonância com o disposto no art. 78, I, da Lei nº 6.815/80 e no art. 3º do Tratado multilateral de Extradição firmado pelos Estados-partes do MERCOSUL

7. O pedido formal de extradição foi devidamente instruído pelo Estado requerente, atendendo-se ao disposto no art. 18 do Tratado multilateral, com cópia da solicitação formal do pedido de extradição expedido pelo Juízo competente e dos demais documentos exigidos, havendo indicações seguras sobre o local, data, natureza e circunstâncias do fato delituoso, como se verifica a partir da análise dos documentos de fls. 10/12.

8. Constam também dos autos cópias dos dispositivos legais pertinentes ao tipo penal, aos prazos de prescrição e à revelia (rebeldia), de modo a permitir ao Supremo Tribunal Federal o exame seguro da legalidade da pretensão (fls. 6 e 15).

9. O crime imputado ao extraditando não possui conotação política, afastando-se, portanto, a vedação do art. 77 da Lei nº 6.815/80 e do art. 5º do Tratado específico.

10. A conduta imputada ao extraditando, de acordo com o relato extraído da Nota Verbal, tem correspondência no Brasil com o crime de homicídio simples, tipificado no art. 121, 'caput', do Código Penal.

11. Presente, portanto, o requisito da dupla tipicidade.

12. Em atendimento ao disposto nos arts. 77, VI, da Lei nº 6.815/80 e 9º do Tratado bilateral, cumpre salientar que não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, sob a análise da legislação de ambos os Estados envolvidos.

13. Segundo os autos, o crime de homicídio teria sido praticado no dia 18 de novembro de 2006, tendo sido declarada a revelia do extraditando em 5 de fevereiro de 2007 (fls. 10/11 e 14).

14. O art. 62, § 1º, do Código Penal argentino dispõe que a prescrição da pena dar-se-á em



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

15 (quinze) anos para os delitos cuja pena for de reclusão ou prisão perpétua (fls. 6).

15. Além do que, não se pode desconsiderar que, de acordo com o art. 78 do Código Penal argentino, a declaração de revelia suspende os trâmites do sumário quando realizada durante o Juízo (fls. 15), hipótese na qual se enquadra o extraditando.

16. Em relação à lei brasileira, nos termos do art. 109, I, do Código Penal, a prescrição acontecerá em 20 (vinte) anos, isto é, somente em novembro de 2026, haja vista que a pena máxima atribuída para o delito de homicídio doloso simples é de 20 (vinte) anos (art. 121, 'caput').

17. Quanto ao argumento do extraditando de que não existe nos autos nenhum elemento que comprove sua participação no evento criminoso, **cabe ressaltar** que o pedido trata de extradição instrutória, **ou seja, ainda está em curso** no Estado requerente todo um procedimento criminal que irá determinar, ao término, a participação ou não de HECTOR ROBERTO HERMOSID no homicídio, e que deverá observar os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

18. A respeito do tema, essa Corte já decidiu que é obrigatório constar dos autos o pedido de prisão preventiva com o reconhecimento de elementos de suspeição contra o indiciado emanado por autoridade competente. Nesse sentido, não cabe à justiça brasileira o exame dos elementos informativos em que se baseou o magistrado de outro país para decretar a prisão preventiva do extraditando.

19. No tocante às demais alegações do extraditando, com arrimo no princípio da boa-fé internacional **e tendo em vista** que o pedido foi encaminhado pela via diplomática adequada, **garantindo veracidade** ao seu conteúdo e aos propósitos do Estado requerente, **entende-se** que não existe **qualquer** desconformidade na documentação juntada aos autos e que a imputação que recai sobre HECTOR HERMOSID é de prática de homicídio simples e não de homicídio qualificado.

20. Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público Federal **pelo deferimento** do pedido de extradição instrutória." (grifei)

É o relatório.



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O Governo da Argentina pretende a entrega extradicional de HECTOR ROBERTO HERMOSID, súdito argentino, contra quem existe, naquele País, investigação penal pela suposta prática do crime de homicídio simples (fls. 22/29).

A presente extradição reveste-se de caráter instrutório (YUSSEF SAID CAHALI, "Estatuto do Estrangeiro", p. 363, 1983, Saraiva; GILDA RUSSOMANO, "A Extradição no Direito Internacional e no Direito Brasileiro", p. 22, 2ª ed., 1973, Konfino; MIRTÔ FRAGA, "O Novo Estatuto do Estrangeiro Comentado", p. 318, 1985, Forense), eis que o ora extraditando - porque sujeito a investigação penal - ainda não sofreu condenação definitiva pela suposta prática do delito de homicídio simples.

Assinalo que esta extradição, apesar de ter sido formulada "com base no art. IV do Tratado de Extradição (...) promulgado pelo Decreto n.º 62.679, de 11 de julho de 1968" (fls. 02), encontra fundamento jurídico no Acordo de Extradição entre os Estados Partes do MERCOSUL, como o Brasil e a Argentina, pois,



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

como bem destacou a douta Procuradoria Geral da República, "após a promulgação do Decreto n.º 4.975/2004, os pedidos de extradição requeridos pelos Estados integrantes do MERCOSUL à República brasileira têm como fundamento o Tratado multilateral firmado por estes Estados" (fls. 119).

Cumpre salientar, de outro lado, que o Estado requerente qualifica-se como Estado verdadeiramente democrático, cujas instituições asseguram, em juízo penal, a qualquer réu, as garantias jurídico-processuais básicas reconhecidas pelas declarações internacionais de direitos.

Impende destacar, também, que a infração penal atribuída ao extraditando acha-se desvestida de caráter político. Constitui delito comum, insuscetível de julgamento perante órgão judiciário ou tribunal de exceção no Estado requerente.

O súdito estrangeiro em questão deverá ser julgado, na República da Argentina, por órgãos do Poder Judiciário que se conformam às exigências impostas pelo princípio do juiz natural, em tudo compatíveis com as diretrizes que esta Suprema Corte firmou a propósito de tão relevante postulado constitucional (RTJ 169/557,

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Rel. Min. CELSO DE MELLO - RTJ 179/378-379, Rel. Min. CELSO DE MELLO):

"O POSTULADO DO JUIZ NATURAL REPRESENTA GARANTIA CONSTITUCIONAL INDISPONÍVEL ASSEGURADA A QUALQUER RÉU, EM SEDE DE PERSECUÇÃO PENAL.

- **O princípio da naturalidade do juízo** representa uma das mais importantes matrizes político-ideológicas **que conformam** a própria atividade legislativa do Estado e **que condicionam** o desempenho, por parte do Poder Público, das funções de caráter penal-persecutório, **notadamente** quando exercidas em sede judicial.

O postulado do juiz natural reveste-se, em sua projeção político-jurídica, de **dúpla** função instrumental, pois, **enquanto garantia indisponível**, tem por titular **qualquer** pessoa exposta, em juízo criminal, à ação persecutória do Estado, e, **enquanto limitação insuperável**, representa fator de restrição **que incide** sobre os órgãos do poder estatal **incumbidos** de promover, judicialmente, a repressão criminal.

É irrecusável, em nosso sistema de direito constitucional positivo - **considerado o princípio do juiz natural** - que **ninguém** poderá ser privado de sua liberdade **senão** mediante julgamento pela autoridade judicial competente. **Nenhuma pessoa, em consequência, poderá ser subtraída ao seu juiz natural.** A nova Constituição do Brasil, **ao proclamar** as liberdades públicas - **que representam** limitações expressivas aos poderes do Estado - consagrou, **agora, de modo explícito**, o postulado fundamental do juiz natural. O art. 5º, LIII, da Carta Política, prescreve que **'ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente'.**

(RTJ 193/357-358, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Esclareço, ainda, que o ora extraditando - que está preso e recolhido à disposição deste Tribunal (fls. 36) - **foi**

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

interrogado por magistrado federal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina (fls. 88/90).

O ato de interrogatório judicial, a que compareceram **intérpretes** do idioma espanhol (fls. 86), foi realizado **na presença** de Advogada **regularmente** constituída pelo extraditando (fls. 86/87).

O súdito estrangeiro em questão, **por intermédio** de Advogada constituída, **produziu** competente defesa técnica, **em que impugnou** o pedido extradicional ora em exame (fls. 95/108).

A defesa do ora extraditando **alega**, primeiramente, **a ausência** de documentos indispensáveis à instrução do processo de extradição, **porque** "o Estado requerente limitou-se a trazer alguns documentos esparsos" sem que anexasse, aos autos, "a peça exordial de toda ação penal pública, ou seja, não há nos autos a denúncia oferecida pelo Ministério Público" (fls. 98).

Afirma, ainda, "que, nos autos, **há deficiência de informações** no tocante à ausência de descrição do local de nascimento, nomes do pai e da mãe e indicação do último endereço de residência do súdito (...), sua ficha biográfica (...)" **e** "antecedentes criminais", **porque** "todos esses dados e documentos



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

trariam ao Estado requerido a certeza quanto à identidade civil do nacional argentino, o que não é possível extrair dos autos" (fls. 99).

É certo que o Supremo Tribunal Federal, em vários precedentes, tem indeferido pedidos de extradição quando o Estado requerente deixa de instruí-los adequadamente, valendo destacar, por relevante, os seguintes julgados:

"EXTRADIÇÃO. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DAS CONDUTAS CRIMINOSAS DE QUE O EXTRADITANDO É ACUSADO. ART. 80 DA LEI 6.815/80. FINALIDADE DE EXTRADIÇÃO PARA OUTRO PAÍS. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO INDEFERIDO.

1. Os documentos constantes dos autos não apontam, claramente, quais teriam sido as condutas criminosas praticadas pelo Extraditando no território do Estado Requerente.

2. O pedido de extradição não pode ter por finalidade única o interrogatório do extraditando para fins de extradição para outro país.

3. Extradição indeferida, sem prejuízo de nova formulação do Estado Requerente, desde que obedecidas as formalidades legais."

(Ext 1.083/República Oriental do Uruguai, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA)

"EXTRADIÇÃO. Passiva. Pedido baseado em sentenças condenatórias e ordem de prisão cautelar. Consumação da prescrição de todas as pretensões punitiva e executórias, nos termos da lei brasileira. Falta de documentos indispensáveis, quanto ao segundo fundamento. Inexistência de descrição precisa do fato, da data e do local. Ausência de resposta do Governo requerente aos ofícios do Supremo. Instrução deficiente. Pedido indeferido. Indefere-se pedido de extradição baseado em mandado de execução de sentenças



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

condenatórias, a cujo respeito ocorreu, nos termos da lei brasileira, prescrição das pretensões punitiva e executórias, e em ordem de custódia cautelar, mas sem documentação indicativa da data e local do fato, bem como da descrição deste."

(**Ext 1.036-QO/República Italiana**, Rel. Min. CEZAR PELUSO)

"Extradição. 2. Questão de ordem. 3. Governo da República Federal da Alemanha. 4. Pedido insuficientemente instruído. 5. Determinação de diligências ao Estado requerente, não satisfeitas adequadamente (art. 80, caput, c/c art. 85, § 2o, da Lei no 6.815/1980). 6. Ausência de cópia do texto legal alemão sobre a contagem do prazo prescricional, documento essencial para a análise do pleito extradicional. 7. Independentemente da publicação de pauta no Diário da Justiça, questão de ordem que se resolve no sentido de se indeferir a extradição."

(**Ext 988-QO/República Federal da Alemanha**, Rel. Min. GILMAR MENDES)

O exame destes autos, no entanto, **revela - ao contrário** do que se sustenta - **que a instrução** deste feito **não** se mostra deficiente, **valendo referir**, no ponto, **a manifestação** da douta Procuradoria Geral da República, **para quem** "o pedido formal de extradição foi devidamente instruído pelo Estado requerente, atendendo-se ao disposto no art. 18 do Tratado multilateral, com cópia da solicitação formal do pedido de extradição expedido pelo Juízo competente e dos demais documentos exigidos, havendo indicações seguras sobre o local, data, natureza e circunstâncias do fato delituoso, como se verifica a partir da análise dos documentos de fls. 10/12" (fls. 120).

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Com efeito, não tem razão o ora extraditando quando afirma que o Estado requerente, por haver deixado de produzir cópia da "exordial de toda ação penal pública" e, também, dos documentos concernentes ao local de nascimento, nome dos genitores, último endereço de residência e cópias da identidade, ficha biográfica e rol de antecedentes criminais, teria descumprido cláusula inscrita no Acordo de Extradição entre os Estados partes do MERCOSUL.

Isso porque o Estado requerente observou, estritamente, **as exigências** impostas pelo Acordo de Extradição MERCOSUL, em seu Art. 18, n. 2 e 4, que possuem, respectivamente, as seguintes redações:

"2. Quando se tratar de indivíduo não condenado, o pedido de extradição deverá ser acompanhado de original ou cópia do mandado de prisão ou de ato de processo criminal equivalente, conforme a legislação do Estado Parte requerido, emanado de autoridade competente.

.....
4. Nas hipóteses referidas nos parágrafos 2 e 3, deverão, ainda, acompanhar o pedido:

i) descrição dos fatos pelos quais se requer a extradição, indicando-se o lugar e a data de sua ocorrência, sua qualificação legal e fazendo-se referência às disposições legais aplicáveis;

ii) todos os dados conhecidos quanto à identidade, nacionalidade, domicílio ou residência da pessoa reclamada e, se possível, fotografia, impressões digitais e outros meios que permitam sua identificação; e,



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

iii) cópia ou transcrição autêntica dos textos legais que tipificam e sancionam o delito, identificando a pena aplicável, os textos que estabelecem a jurisdição do Estado Parte requerente para deles tomar conhecimento, assim como uma declaração de que a ação e a pena não estejam prescritas de acordo com sua legislação."

No que se refere à prescrição penal, **basta** que o pedido **venha instruído**, como o foi neste caso, **com "uma declaração** de que a **ação e a pena não estejam prescritas de acordo com sua legislação"** (Acordo de Extradicação MERCOSUL, **Artigo 18**, n. 4, III - **grifei**).

Saliento, por isso mesmo, que o Estado requerente **apresentou** cópia da legislação **necessária** ao julgamento da presente extradicação. Na realidade, **produziu-se**, nestes autos, **cópia** do texto legal **referente** à tipificação do delito de homicídio **e concernente** à respectiva cominação penal.

Vale destacar, no ponto, por relevante, o precedente firmado por esta Suprema Corte no sentido de que "O Estado requerente **não está obrigado** a produzir **documentos** estranhos ao rol fixado pela legislação brasileira e, **quando existentes**, pelo tratado **de extradicação** celebrado com o Brasil" (**RTJ 160/105-106**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Cumpra ter presente, por necessário, que a ação de extradição passiva **ajuizada** perante o Supremo Tribunal Federal, **faz instaurar** típico processo documental, **que se caracteriza** pelo dever de o Estado requerente **subsidiar** a atividade extradicional do Governo brasileiro, **ministrando-lhe** os elementos de instrução **considerados essenciais** em função de exigências de caráter legal ou de ordem convencional.

Incide, pois, sobre o Estado requerente, **a obrigação de produzir**, dentre outros elementos documentais, aqueles cuja imprescindibilidade condicione a própria instauração do juízo extradicional ou, até mesmo, o próprio desenvolvimento do processo de extradição passiva.

Daí a advertência que emerge do magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no sentido de que "O processo de extradição não é um processo comum. Não compete ao país requerido a instrução do feito, mas o seu julgamento nos termos em que foi apresentado" (**RTJ 31/46**, 49, Rel. Min. EVANDRO LINS).

O sistema de contenciosidade limitada, que qualifica o modelo extradicional **vigente** no direito positivo brasileiro, **delimita**, bem por isso, **em função** do juízo de mera delibação que se



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

permite ao Supremo Tribunal Federal, o rol dos documentos considerados essenciais ao ajuizamento e ao desenvolvimento da ação de extradição passiva, restringindo-os apenas àqueles exigidos, ou pela lei interna do Brasil, ou, quando eventualmente existente, pelo tratado celebrado pelo Estado estrangeiro com o nosso País.

O Supremo Tribunal Federal, desse modo, atua dentro de um quadro normativo claramente delineado pelo ordenamento doméstico nacional (Lei nº 6.815/80) ou por normas internacionais de origem convencional (Tratado de Extradição entre os Estados-partes do MERCOSUL, no caso), não lhe sendo aplicável, em consequência, um terceiro sistema de regras, como aquele instituído, p. ex., no plano do direito positivo interno do Estado estrangeiro.

Isso significa, portanto, que, se o Estado requerente, ao instaurar, perante esta Corte, o processo de extradição passiva, vier, hipoteticamente, a descumprir prescrições oriundas de sua própria legislação extradicional, essa eventual inobservância não afetará a validade formal do pedido de extradição formulado junto ao Estado brasileiro, nem terá o condão de submeter o Supremo Tribunal Federal ao império do ordenamento estrangeiro.



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Na realidade, o estatuto de regência que disciplina as extradicações passivas e dispõe sobre a ordem ritual dos respectivos processos restringe-se, no Brasil, a dois planos normativos possíveis: (a) a própria legislação doméstica brasileira e, quando existente, (b) o tratado específico.

Torna-se incabível, desse modo, postular a apresentação de documentos não considerados de produção obrigatória ou necessária pelo ordenamento interno do Brasil ou pelo estatuto convencional celebrado entre o Estado requerente e o nosso País. Em tema extradicional, só há obrigação jurídica imputável ao Estado requerente, quando resulte ela, necessariamente, de fonte legal situada no plano do direito positivo interno brasileiro ou de previsão convencional emergente de tratado internacional ("pacta sunt servanda").

Por essa razão, nada pode justificar a exigência de que o Estado estrangeiro produza documentos estranhos à relação inscrita no texto legal referido ou no instrumento convencional mencionado.

Também entendo destituída de viabilidade jurídica, no ponto, a impugnação deduzida pela defesa do ora extraditando, quando se insurge contra as cópias dos documentos legais juntadas aos



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

presentes autos, porque, segundo alega, "além de demonstrarem citações esparsas, não há indicação precisa de qual espécie de ATO NORMATIVO e respectivo número foram extraídos" (fls. 99 - grifei).

Com efeito, é da jurisprudência desta Suprema Corte o reconhecimento de que o trânsito dos documentos, por via diplomática, revela-se suficiente para lhes outorgar a nota da autenticidade (CR 4.340-ED/RN, Rel. Min. MOREIRA ALVES - Ext 633/República da China, Rel. Min. CELSO DE MELLO - Ext 797/República da Itália, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, v.g.), valendo destacar:

"NOTA DIPLOMÁTICA E PRESUNÇÃO DE VERACIDADE.

- A Nota Diplomática, que vale pelo que nela se contém, goza da presunção 'juris tantum' de autenticidade e de veracidade (RTJ 177/485-488). Trata-se de documento formal cuja eficácia jurídica deriva das condições e peculiaridades de seu trânsito por via diplomática.

Presume-se, desse modo, a sinceridade da declaração encaminhada por via diplomática, no sentido de que a pretensão punitiva ou executória do Estado requerente mantém-se íntegra, nos termos de sua própria legislação. Essa presunção de veracidade - sempre ressalvada a possibilidade de demonstração em contrário - decorre do princípio da boa-fé, que rege, no plano internacional, as relações político-jurídicas entre os Estados soberanos.

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas - Artigo 3º, n. 1, 'a' - outorga, à Missão Diplomática, o poder de representar o Estado acreditante ('État d'envoi') perante o Estado acreditado ou Estado receptor (o Brasil, no caso), derivando, dessa eminente função política, um complexo de atribuições e de



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

poderes reconhecidos ao agente diplomático que exerce a atividade de representação institucional de seu País, aí incluída a prerrogativa de fazer declarações, como aquela a que se refere o Acordo de Extradicação/MERCOSUL (Artigo 18, n. 4, III)."
(Ext 1.082/República Oriental do Uruguai, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Como precedentemente referido, os documentos produzidos na presente sede processual foram encaminhados, ao Governo brasileiro, mediante via diplomática (fls. 04), em estrita observância ao que estabelece o Acordo de Extradicação MERCOSUL (Artigo 18, n. 4, III), o que lhes confere autenticidade e presunção de veracidade.

E há, neles, expressa referência ao Código Penal argentino editado pelo Poder Legislativo Nacional em 30/09/1921, promulgado em 29/10/1921 e publicado no Boletim Oficial em 03/11/1921 (fls. 05).

Desnecessária a pretendida referência à espécie do ato normativo editado, considerados os dados que venho de mencionar, ainda que se saiba que o Código Penal da República Argentina foi instituído pela Lei nº 11.179, de 1921.



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

De outro lado, assinalo que se mostra irrelevante, no caso, a ausência de cópia das regras legais pertinentes às causas de interrupção e de suspensão da prescrição penal.

Com efeito, a defesa do ora extraditando alega que "o país requerente não tem a melhor sorte porque não há resquícios, nos autos, de atos que possam suspender ou interromper a prescrição, (...) quiçá dos prazos interruptivos e suspensivos da prescrição" (fls. 100).

É que tais fatores, uma vez presentes, somente viriam em prejuízo do próprio extraditando, seja com reinício "ex novo et ex integro" do lapso prescricional (interrupção), seja com a paralisação de sua fluência (suspensão).

Torna-se importante assinalar, de outro lado, que, no caso ora em exame, o Estado Requerente produziu, regularmente, documentos que evidenciam que não se consumou, naquele País, a prescrição da pretensão punitiva do Estado.

Assim, fazendo-se o cálculo do prazo de prescrição penal pelo modo mais favorável ao ora extraditando (sem o cômputo,



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

portanto, de qualquer causa interruptiva ou suspensiva), e contado esse prazo desde o momento da alegada prática delituosa (18/11/2006 - fls. 11), tem-se que a prescrição penal, no caso, contada segundo a legislação argentina (art. 62, I, do CP argentino - fls. 06), consumar-se-ia somente em 17/11/2021.

Calculada a prescrição penal de acordo com a legislação brasileira, o termo final desse prazo legal recairá no dia 17/11/2026 (CP, art. 121, c/c o CP, art. 109, I).

Vale referir, no ponto, o pronunciamento da douta Procuradoria Geral da República (fls. 120):

"12. Em atendimento ao disposto nos arts. 77, VI, da Lei nº 6.815/80 e 9º do Tratado bilateral, cumpre salientar que não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, sob a análise da legislação de ambos os Estados envolvidos.

13. Segundo os autos, o crime de homicídio teria sido praticado no dia 18 de novembro de 2006, tendo sido declarada a revelia do extraditando em 5 de fevereiro de 2007 (fls. 10/11 e 14).

14. O art. 62, § 1º, do Código Penal argentino dispõe que a prescrição da pena dar-se-á em 15 (quinze) anos para os delitos cuja pena for de reclusão ou prisão perpétua (fls. 6).

15. Além do que, não se pode desconsiderar que, de acordo com o art. 78 do Código Penal argentino, a declaração de revelia suspende os trâmites do sumário



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

quando realizada durante o Juízo (fls. 15), hipótese na qual se enquadra o extraditando.

16. Em relação à lei brasileira, nos termos do art. 109, I, do Código Penal, a prescrição acontecerá em 20 (vinte) anos, isto é, somente em novembro de 2026, haja vista que a pena máxima atribuída para o delito de homicídio doloso simples é de 20 (vinte) anos (art. 121, 'caput'). (grifei)

Vê-se, pois, que o exame da presente causa revela que a pretensão extradicional ora deduzida pelo Governo da Argentina satisfaz, integralmente, a exigência concernente ao postulado da dupla punibilidade.

Possível, desse modo, a extradição (de natureza instrutória) ora pretendida pelo Governo da Argentina, eis que inteiramente observada, no caso, a exigência da dupla punibilidade.

A defesa do ora extraditando alega, ainda, que há, no caso, imprecisão descritiva do fato delituoso motivador deste pedido de extradição e insuficiência de elementos reveladores da suposta autoria do crime de homicídio, pelo ora extraditando.

Também aqui não assiste razão ao extraditando, valendo destacar, quanto ao fato narrado neste procedimento extradicional,



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

as seguintes passagens que desautorizam a alegação de imprecisão descritiva (fls. 10/11):

"(...) que ao nomeado Hermosid se lhe atribui 'ter agredido fisicamente com um disparo de arma de fogo a Pablo Gonzalez, depois de cruzar umas palavras com este, e de esquivar um soco da vítima, quando ambos se retiravam do local Bar Dani, estando quase na porta o imputado extrai uma arma de fogo da cintura, aponta e efetua um disparo que ingressa na parte anterior do tórax em linha mamilar esquerda, terceiro e quarto espaço intercostal, perfurando o coração, o que produziu um choque hipovolêmico por hemorragia em massa, o que provocou a morte da vítima aos poucos minutos de ingressado no Hospital San José, fato acontecido no Bar Dani, situado na rua Cettour 2060 de San José, Departamento Colón, Província de Entre Rios, no dia 18 de novembro de 2006 na hora 15:30, aproximadamente.

Que o fato atribuído a HECTOR ROBERTO HERMOSID se ajusta ao prescrito pelo Artigo 79 do Código Penal - HOMICÍDIO SIMPLES -, que prevê reclusão ou prisão de oito a vinte e cinco anos, o que autoriza a extradição segundo o Tratado Internacional - Lei 17.272 (...)."

Não procede, pois, a alegação de insuficiência descritiva dos fatos subjacentes a este processo extradicional, eis que os documentos que instruem o pedido de extradição atendem, integralmente, a exigência estabelecida no Acordo de Extradição MERCOSUL (Artigo 18, ns. 2 e 4).

É importante registrar, ainda, neste ponto, que o próprio extraditando, quando de seu interrogatório judicial, realizado no Estado de Santa Catarina, embora sustentando a sua



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

inocência, reconheceu que "estava no local do crime e ficou sabendo do mesmo, mas não o presenciou" e que "conhece a vítima" (fls. 89).

Vê-se, desse modo, que, ao contrário do que sustenta a defesa, no sentido de que "não há provas nem indícios que apontem de onde surgiu o envolvimento do extraditando com os fatos noticiados nos autos" (fls. 101), os documentos produzidos nesta sede processual possuem as informações necessárias aptas a indicar a natureza da prática delituosa atribuída ao súdito estrangeiro, o que permite reconhecer, no ponto, a plena satisfação da exigência estabelecida pela jurisprudência firmada por esta Suprema Corte:

"EXTRADIÇÃO. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE TRATADO BILATERAL. PROMESSA DE RECIPROCIDADE EM CONDIÇÕES DE SER CUMPRIDA. DÚVIDAS SOBRE CORRETA IDENTIFICAÇÃO DO EXTRADITANDO. INEXISTÊNCIA. EXTRADITANDO QUE RESPONDE A PROCESSO NO BRASIL. FATOS DIVERSOS. PEDIDO DEFERIDO. EXTRADIÇÃO CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO DA PENA IMPOSTA NO BRASIL.

1. O pedido de extradição foi formalizado nos autos, com mandado de prisão que indica precisamente o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos atribuídos ao extraditando, transcrevendo os dispositivos legais da ordem jurídica alemã pertinentes ao caso. Observados os requisitos do art. 77 da Lei nº 6.815/80.

2. Indícios de autoria e de materialidade evidenciados no mandado de prisão, que faz alusão a provas testemunhais e documentais do suposto envolvimento do extraditando nos fatos que lhe são imputados."

(Ext 1.015/República Federal da Alemanha, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - grifei)



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Nem se diga que este pedido extradicional deveria ser indeferido, porque - segundo sustenta a defesa - são insuficientes os elementos reveladores da suposta autoria, pelo ora extraditando, do crime de homicídio que se lhe atribui.

Impõe-se afastar, com apoio na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretendida (e incabível) análise do quadro probatório concernente à investigação penal promovida, pelas autoridades argentinas, contra o ora extraditando, que sustenta, em sua defesa, a inocorrência de comprovação de seu envolvimento nos fatos (fls. 101).

O Plenário desta Suprema Corte, ao não admitir, em sede extradicional, a discussão em torno da negativa de autoria da infração penal motivadora do pedido extradicional, teve o ensejo de proferir decisões consubstanciadas em acórdãos assim ementados:

"Irrelevância, perante o juízo de controle da legalidade da extradição, da negativa de autoria da ação criminosa, cujo exame cabe à Justiça do Estado requerente, competente para o exame do merecimento da ação penal."

(Ext 661/República Italiana, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - grifei)



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

"PROCESSO EXTRADICIONAL - EXAME DA PROVA PENAL PRODUZIDA PERANTE O ESTADO ESTRANGEIRO - NEGATIVA DE AUTORIA DO FATO DELITUOSO - INADMISSIBILIDADE.

- O modelo extradicional vigente no Brasil - que consagra o sistema de contenciosidade limitada, fundado em norma legal (Estatuto do Estrangeiro, art. 85, § 1º) reputada compatível com o texto da Constituição da República (RTJ 105/4-5 - RTJ 160/433-434 - RTJ 161/409-411 - Ext 804/Alemanha) - não autoriza que se renove, no âmbito da ação de extradição passiva promovida perante o Supremo Tribunal Federal, o litígio penal que lhe deu origem, nem que se efetive o reexame do quadro probatório ou a discussão sobre o mérito da acusação ou da condenação emanadas de órgão competente do Estado estrangeiro. Doutrina. Precedentes. (...)." (RTJ 185/393-394, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Vê-se, desse modo, que nenhum relevo tem, para o sistema extradicional vigente no Brasil, a pretendida discussão probatória sobre a realidade material do fato delituoso e sobre os elementos de convicção concernentes ao alegado envolvimento do extraditando na prática criminosa (RTJ 160/105-106, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Como ressaltado, não cabe discutir nem reexaminar, nesta sede extradicional, considerado o modelo de contenciosidade limitada prevalecente em nosso ordenamento jurídico, as alegações do ora extraditando de que não foi autor do fato delituoso, ou, então, de que não haveria comprovação de seu envolvimento na suposta prática do crime que lhe foi atribuído.

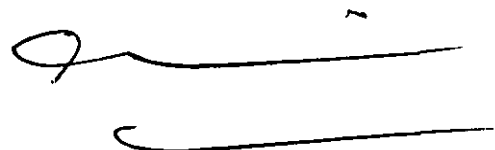


Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

O modelo que rege, no Brasil, a disciplina normativa da extradição passiva - vinculado, quanto à sua matriz jurídica, ao sistema misto ou belga - não autoriza que se renove, no âmbito do processo extradicional, o litígio penal que lhe deu origem, nem que se promova o reexame ou rediscussão do mérito (RTJ 161/409-411 - RTJ 170/746-747).

O Supremo Tribunal Federal, ao proferir juízo de mera delibação sobre a postulação extradicional, só excepcionalmente analisa aspectos materiais concernentes à própria substância da imputação penal, desde que esse exame se torne indispensável à solução de eventual controvérsia concernente (a) à ocorrência de prescrição penal, (b) à observância do princípio da dupla tipicidade ou (c) à configuração eventualmente política, tanto do delito imputado ao extraditando quanto das razões que levaram uma soberania estrangeira a requerer a extradição de determinada pessoa ao Governo brasileiro.

Esse sistema de controle limitado - que enseja mera verificação jurisdicional de pontos determinados referidos pela própria legislação doméstica brasileira ou, quando existente, pelo tratado bilateral específico -, além de não viabilizar a




Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

possibilidade de qualquer juízo de revisão sobre os fatos subjacentes ao pedido extradicional (como já **precedentemente** enfatizado), restringe a atividade processual do Supremo Tribunal Federal ao plano da mera delibação.

Isso significa, na perspectiva do modelo extradicional vigente no ordenamento jurídico brasileiro (Lei nº 6.815/80) - que repele a possibilidade de revisão ou de reapreciação do mérito da acusação penal ou da condenação criminal proferidas no âmbito do Estado requerente -, que o Estatuto do Estrangeiro consagra o sistema de contenciosidade limitada (Ext 720-ED/República Portuguesa, Rel. Min. CELSO DE MELLO), que circunscreve o "thema decidendum", nas ações de extradição passiva, à análise dos pressupostos (art. 77) e das condições (art. 78) inerentes ao pedido formulado pelo Estado estrangeiro, consoante proclama iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 161/409-411, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Cumpre enfatizar, bem por isso, que nenhum relevo tem, para o sistema extradicional vigente no Brasil, a discussão pertinente às circunstâncias de fato concernentes à realidade material do delito e à prova da suposta participação do súdito estrangeiro reclamado.



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

É por tal razão que esta Corte Suprema, com apoio em autorizado magistério doutrinário (JOSÉ FREDERICO MARQUES, "Tratado de Direito Penal", vol. I/319, 2ª ed., 1964, Saraiva; MIRTÔ FRAGA, "O Novo Estatuto do Estrangeiro Comentado", p. 336, 1985, Forense; YUSSEF SAID CAHALI, "Estatuto do Estrangeiro", p. 374, 1984, Saraiva; JOSÉ FRANCISCO REZEK, "Direito Internacional Público - Curso Elementar", p. 204, item n. 118, 1989, Saraiva; NEGI CALIXTO, "A Propósito da Extradicação: a Impossibilidade de o STF apreciar o Mérito no Processo de Extradicação. Indisponibilidade do Controle Jurisdicional na Extradicação", "in" Revista de Informação Legislativa, vol. 109/163, v.g.) -, tem advertido que "a justiça ou injustiça, a procedência ou improcedência da acusação **escapam** ao exame do Tribunal" (Ext 183/Suíça, Rel. Min. EDGARD COSTA - grifei).

Cumpra não desconsiderar, por isso mesmo, a advertência de JOSÉ FREDERICO MARQUES ("Tratado de Direito Penal", vol. 1/319, 2ª ed., 1964, Saraiva):

"O pronunciamento judiciário não visa decidir sobre o mérito da extradicação. O juiz do Estado requerido não pode indagar dos pressupostos da persecução penal no Estado requerente, nem cuidar da justiça ou injustiça da condenação neste pronunciada.

Os tribunais do Estado, a que é solicitada a entrega, **apenas resolvem** sobre a admissibilidade da



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

extradição. **Restringe-se**, assim, o **thema decidendum**, no processo de extradição passiva, ao exame e julgamento das condições e pressupostos da extradição." (grifei)

Dai a exata observação de JOSÉ FRANCISCO REZEK ("Direito Internacional Público - Curso Elementar", p. 201, item n. 121, 10ª ed., 2005, Saraiva), que destaca as restrições de ordem temática pertinentes ao direito de defesa, quando exercido no contexto de processo extradicional:

"A defesa do extraditando não pode explorar o mérito da acusação: ela será impertinente em tudo quanto não diga respeito à sua identidade, à instrução do pedido ou à ilegalidade da extradição à luz da lei específica." (grifei)

Esse mesmo entendimento é também sustentado por MIRTÔ FRAGA ("O Novo Estatuto do Estrangeiro Comentado", p. 341/342, item n. 2, 1985, Forense), que acentua, de maneira bastante expressiva, a plena validade constitucional das limitações impostas à defesa, no processo extradicional, pelo art. 85, § 1º, da Lei nº 6.815/80:

"Nos termos do § 1º, a defesa do extraditando não é ampla, estando circunscrita a três pontos, isto é, à identidade do extraditando, à instrução do pedido e à ilegalidade da extradição, segundo a lei brasileira ou o tratado aplicável ao caso. Tudo que não esteja relacionado com esses três aspectos será ignorado, ou



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

seja, será considerado impertinente e não merecerá acolhida do Supremo.

.....
Igualmente não serão acolhidas as alegações sobre vício de citação, mérito da condenação e outros vícios processuais, questões de distribuição interna de competência de Tribunais do Estado requerente; enfim, tudo quanto exceder ao permitido no § 1º do art. 85 será considerado impertinente. A limitação imposta no § 1º se prende à natureza do pedido de extradição e não ofende o preceito constitucional de ampla defesa, como decidiu bem recentemente a Corte. **Afinal, o Supremo Tribunal não apura os fatos imputados ao extraditando, limitando-se** a verificar a ocorrência de pressupostos e condições da extradição e de ser o extraditando a pessoa reclamada." (grifei)

Nem se diga, de outro lado, que a limitação imposta pelo art. 85, § 1º, do Estatuto do Estrangeiro, que circunscreve a matéria de defesa do extraditando a determinados tópicos, configuraria preceito normativo incompatível com a cláusula constitucional garantidora da amplitude de defesa.

Na realidade, o Supremo Tribunal Federal, pronunciando-se sobre tal específica questão, tanto sob a égide do vigente ordenamento constitucional quanto sob o regime da Carta Política de 1969, reconheceu a plena legitimidade jurídico-constitucional dessa cláusula limitadora:

"A alegação de inconstitucionalidade do § 1º do artigo 84 da Lei nº 6.815/80, por atentar contra o preceito constitucional da ampla defesa (§ 15 do

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

artigo 153 da Constituição Federal) é de total improcedência.

Pela própria natureza do pedido de extradição, não cabe à Corte que o examina julgar o mérito da ação penal que se processa no país que o formulou.

Por isso, e sem qualquer ofensa ao princípio da ampla defesa, o § 1º do artigo 84 da Lei nº 6.815/80 enumera as defesas possíveis em pedido dessa ordem, tendo em vista a sua natureza.

Não cabe, portanto, a esta Corte, entrar em indagações que dizem respeito ao mérito da ação penal, como as relativas à existência, ou não, de artifício para enganar outrem, nem à de ausência de dolo no agente."

(RTJ 105/4-5, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno - grifei)

"ESTATUTO DO ESTRANGEIRO - DEFESA DO EXTRADITANDO - LIMITAÇÕES - VALIDADE CONSTITUCIONAL DO ART. 85, § 1º, DA LEI Nº 6.815/80.

.....
As restrições de ordem temática que delimitam, materialmente, o âmbito de exercício do direito de defesa, estabelecidas pelo art. 85, § 1º, do Estatuto do Estrangeiro, não são inconstitucionais e nem ofendem a garantia da plenitude de defesa, em face da natureza mesma de que se reveste o processo extradicional no direito brasileiro."

(RTJ 161/409-411, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

A pré-exclusão de qualquer debate judicial em torno do contexto probatório e das circunstâncias de fato que envolvem a alegada prática delituosa e o seu suposto autor - justificada pelo modelo extradicional adotado pelo Direito brasileiro - implica, por efeito consequencial, a necessidade de delimitar o âmbito de impugnação a ser deduzida pelo extraditando, consideradas a natureza da controvérsia instaurada no processo extradicional e as restrições impostas à própria atuação desta Corte.

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Todas essas considerações levaram o Pleno do Supremo Tribunal Federal a repelir a alegação de inconstitucionalidade do art. 85, § 1º, do Estatuto do Estrangeiro, em julgamentos nos quais se enfatizou que a enumeração contida no preceito legal em questão não transgride o postulado constitucional da ampla defesa, por revelar-se compatível com o modelo que informa, em nosso ordenamento positivo, o sistema extradicional brasileiro (RTJ 105/3, Rel. Min. MOREIRA ALVES - RTJ 160/433-434, Rel. p/ o acórdão Min. FRANCISCO REZEK - RTJ 161/409-411, Rel. Min. CELSO DE MELLO):

"PROCESSO EXTRADICIAL - EXAME DA PROVA PENAL PRODUZIDA PERANTE O ESTADO ESTRANGEIRO - INADMISSIBILIDADE.

- O modelo extradicional vigente no Brasil - que consagra o **sistema de contenciosidade limitada**, fundado em norma legal (Estatuto do Estrangeiro, art. 85, § 1º) reputada **compatível** com o texto da Constituição da República (RTJ 105/4-5 - RTJ 160/433-434 - RTJ 161/409-411) - **não autoriza que se renove**, no âmbito da ação de extradição passiva promovida perante o Supremo Tribunal Federal, o **litígio penal** que lhe deu origem, **nem que se efetive** o reexame do quadro probatório ou a discussão sobre o mérito da acusação ou da condenação emanadas de órgão competente do Estado estrangeiro. **Doutrina. Precedentes.**"
(RTJ 183/42-43, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

"VALIDADE CONSTITUCIONAL DO ART. 85, § 1º, DA LEI Nº 6.815/80.

- As restrições de ordem temática, **estabelecidas** no Estatuto do Estrangeiro (art. 85, § 1º) - cuja incidência **delimita**, nas ações de extradição passiva, o

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

âmbito material do exercício do direito de defesa -, não são inconstitucionais, nem ofendem a garantia da plenitude de defesa, em face da natureza mesma de que se reveste o processo extradicional no direito brasileiro. Precedentes."

(Ext 1.039/República Federal da Alemanha, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

" (...) PROCESSO EXTRADICIONAL E SISTEMA DE CONTENCIOSIDADE LIMITADA: INADMISSIBILIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE A PROVA PENAL PRODUZIDA PERANTE O ESTADO REQUERENTE.

- A ação de extradição passiva não confere, ao Supremo Tribunal Federal, qualquer poder de indagação sobre o mérito da pretensão deduzida pelo Estado requerente ou sobre o contexto probatório em que a postulação extradicional se apóia.

- O sistema de contenciosidade limitada, que caracteriza o regime jurídico da extradição passiva no direito positivo brasileiro, não permite qualquer indagação probatória pertinente ao ilícito criminal cujá persecução, no exterior, justificou o ajuizamento da demanda extradicional perante o Supremo Tribunal Federal.

- Revelar-se-á excepcionalmente possível, no entanto, a análise, pelo Supremo Tribunal Federal, de aspectos materiais concernentes à própria substância da imputação penal, sempre que tal exame se mostrar indispensável à solução de controvérsia pertinente (a) à ocorrência de prescrição penal, (b) à observância do princípio da dupla tipicidade ou (c) à configuração eventualmente política tanto do delito atribuído ao extraditando quanto das razões que levaram o Estado estrangeiro a requerer a extradição de determinada pessoa ao Governo brasileiro. Inocorrência, na espécie, de qualquer dessas hipóteses.

VALIDADE CONSTITUCIONAL DO ART. 85, § 1º, DA LEI Nº 6.815/80.

- As restrições de ordem temática, estabelecidas no Estatuto do Estrangeiro (art. 85, § 1º) - cuja incidência delimita, nas ações de extradição passiva, o âmbito material do exercício do direito de defesa -, não são inconstitucionais, nem ofendem a garantia da

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

plenitude de defesa, em face da natureza mesma de que se reveste o processo extradicional no direito brasileiro. Precedentes. (...)."

(Ext 1.074/República Federal da Alemanha, Rel. Min. CELSO DE MELLO)


Impende assinalar que o direito constitucional positivo brasileiro, em tema de extradição passiva, estabelece uma única exceção quanto ao modelo de contenciosidade limitada.

Trata-se de hipótese - que ocorreu, v.g., no caso da Ext 934/República Oriental do Uruguai, mas absolutamente inaplicável à espécie - de extradição de brasileiro naturalizado, fundada em suposta prática de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Em tal situação, e cuidando-se de brasileiro naturalizado, requer-se, do Estado estrangeiro, por expressa exigência constitucional, que produza elementos informativos evidenciadores do "comprovado envolvimento" desse nacional do Brasil (CF, art. 5º, LI).

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o significado da cláusula constitucional pertinente ao "comprovado envolvimento", assim se pronunciou sobre a matéria:

"EXTRADIÇÃO - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS - BRASILEIRO NATURALIZADO - NECESSIDADE DE




Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

COMPROVAÇÃO DE SEU ENVOLVIMENTO (CF, ART. 5º, LI) - INOVAÇÃO CONSTITUCIONAL DO MODELO EXTRADICIONAL BRASILEIRO - ÔNUS QUE INCUMBE AO ESTADO REQUERENTE - FALTA DE COMPROVAÇÃO - EXTRADIÇÃO INSUSCETÍVEL DE DEFERIMENTO - (...) - PEDIDO INDEFERIDO.

BRASILEIRO NATURALIZADO - TRÁFICO DE ENTORPECENTES - POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL DE EXTRADIÇÃO PELO BRASIL.

- O brasileiro naturalizado, em tema de extradição passiva, dispõe de proteção constitucional mais intensa que aquela outorgada aos súditos estrangeiros em geral, pois somente pode ser extraditado pelo Governo do Brasil em duas hipóteses excepcionais: (a) crimes comuns cometidos antes da naturalização e (b) tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins praticado em qualquer momento, antes ou depois de obtida a naturalização (CF, art. 5º, LI).

- Tratando-se de extradição requerida contra brasileiro naturalizado, fundada em suposta prática de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, impõe-se, ao Estado requerente, a comprovação do envolvimento da pessoa reclamada na realização do episódio delituoso.

A inovação jurídica introduzida pela norma inscrita no art. 5º, LI, in fine, da Constituição - além de representar, em favor do brasileiro naturalizado, clara derrogação do sistema de contenciosidade limitada - instituiu procedimento, a ser disciplinado em lei, destinado a ensejar cognição judicial mais abrangente do conteúdo da acusação penal estrangeira, em ordem a permitir ao Supremo Tribunal Federal, na ação de extradição passiva, o exame do próprio mérito da persecutio criminis instaurada perante autoridades do Estado requerente.

A simples e genérica afirmação constante de mandado judicial estrangeiro, de que existem 'graves indícios de culpa' pertinentes ao suposto envolvimento de brasileiro naturalizado na prática do delito de tráfico de entorpecentes, não satisfaz a exigência constitucional inscrita no art. 5º, LI, in fine, da Carta Política. (...)."


(RTJ 165/92-93, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Essa mesma orientação - que tem apoio no magistério da doutrina (VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI, "Curso de Direito Internacional Público", p. 603/612, item n. 6, 2ª ed., 2007, RT; CELSO D. DE ALBUQUERQUE MELLO, "Curso de Direito Internacional Público", vol. 2/987, item n. 357, 14ª ed., 2002, Renovar e JOSÉ FREDERICO MARQUES, "Tratado de Direito Penal", vol. I/413, item n. 1, 1997, Bookseller) - foi reafirmada no julgamento da Ext 541/Governo da Itália, Rel. p/ o acórdão Min. SEPÚLVEDA PERTENCE (RTJ 145/428-430), e, mais recentemente, na já mencionada Ext 934/República Oriental do Uruguai, Rel. Min. EROS GRAU.

Esse entendimento jurisprudencial, como já referi, considerada a regra inscrita no art. 5º, LI, da Constituição, só se aplica a brasileiros naturalizados cuja extradição, requerida ao Brasil, seja motivada por suposta prática do crime de tráfico de entorpecentes.

Como anteriormente referido, não mais prevalece em nosso sistema de extradição a exigência de que o pedido extradicional deve ser necessariamente instruído com os documentos do processo criminal que demonstrem a existência de provas ou, ao menos, de indícios racionais de culpabilidade da pessoa reclamada, apoiando-se, tal pretensão (comprovação do fato e da participação,



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

no evento delituoso, de seus supostos autores), **na Convenção de Direito Internacional Privado** dos Estados Americanos (Código Bustamante - art. 365, n. 1), conforme já decidiu o Plenário desta Suprema Corte:

"CÓDIGO BUSTAMANTE - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO

- O Código Bustamante - que constitui obra fundamental de codificação do direito internacional privado - não mais prevalece, no plano do direito positivo interno brasileiro, no ponto em que exige que o pedido extradicional **venha instruído** com peças do processo penal que comprovem, ainda que mediante indícios razoáveis, a culpabilidade do súdito estrangeiro reclamado (art. 365, 1, 'in fine').

O sistema de contenciosidade limitada - adotado pelo Brasil em sua legislação interna - não autoriza, em tema de extradição passiva, que se renove, no âmbito do processo extradicional, o litígio penal que lhe deu origem, nem que se proceda ao reexame de mérito concernente aos atos de persecução penal praticados no Estado requerente. **Precedentes:** RTJ 73/11 - RTJ 139/470 - RTJ 140/436 - RTJ 141/397 - RTJ 145/428."

(Ext 662/República do Peru, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

É certo que o Brasil, ao participar da Sexta Conferência Internacional Americana realizada em Havana, subscreveu, em 20/02/1928, a Convenção de Direito Internacional Privado dos Estados Americanos, também denominada Código de Bustamante, em homenagem ao eminente jurisconsulto cubano, ANTONIO SANCHEZ DE BUSTAMANTE Y SIRVEN.

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Essa fundamental obra de codificação do direito internacional privado, "o mais importante de nossos tratados normativos" (AMILCAR DE CASTRO, "Direito Internacional Privado", p. 299, item n. 134, 4ª ed., 1987, Forense), foi incorporada ao sistema de direito positivo interno do Brasil - depois de aprovada pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 5.647/29) - por ato do Presidente da República consubstanciado no Decreto nº 18.871/29.

É também irrecusável que o Código Bustamante impõe, ao Estado requerente, o dever de instruir o pedido extradicional com "peças do processo que subministrem provas ou, pelo menos, indícios razoáveis da culpabilidade da pessoa de que se trate" (art. 365, 1, "in fine").

Ocorre, no entanto, que essa **específica** exigência não mais prevalece em nosso ordenamento interno, pois, a exemplo de muitos outros preceitos constantes do Código Bustamante, já derogados pela superveniência de leis brasileiras, como a própria Lei de Introdução ao Código Civil, **consoante adverte** o magistério da doutrina (IRINEU STRENGER, "Curso de Direito Internacional Privado", p. 202, item n. 8, 1978), também a norma convencional ora referida deixou de subsistir em face do próprio modelo extradicional consagrado no direito interno do Brasil e devidamente



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

institucionalizado **no vigente** Estatuto do Estrangeiro, **que adotou** o sistema de contenciosidade limitada.

No que concerne ao postulado da dupla tipicidade, entendo que a pretensão extradicional deduzida pelo Governo da Argentina também satisfaz essa exigência.

Com efeito, o exame dos autos evidencia que inexiste qualquer obstáculo legal ao deferimento deste pedido de extradição relativamente à suposta prática do crime de homicídio simples, pois, em relação a essa espécie delituosa, acha-se atendido o princípio da dupla incriminação.

É que o delito de homicídio simples **atribuído** ao ora extraditando está definido como fato delituoso tanto na legislação penal do Estado requerente (Código Penal, art. 79), quanto no ordenamento positivo vigente no Brasil (Código Penal, art. 121, caput), o que se mostra suficiente para satisfazer o postulado da dupla incriminação, **na linha** do que tem sido **reiteradamente** proclamado pela jurisprudência desta Suprema Corte (RTJ 162/452 - RTJ 176/73-74):

"EXTRADIÇÃO - DUPLA TIPICIDADE E DUPLA PUNIBILIDADE.

- A possível diversidade formal concernente ao 'nomen juris' das entidades delituosas não atua como



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

causa obstativa da extradição, desde que o fato imputado **constitua crime sob a dupla perspectiva** dos ordenamentos jurídicos vigentes no Brasil e no Estado estrangeiro **que requer** a efetivação da medida extradicional.

O postulado da dupla tipicidade - por constituir **requisito essencial** ao atendimento do pedido de extradição - **impõe** que o ilícito penal atribuído ao extraditando seja juridicamente qualificado como crime **tanto no Brasil quanto no Estado requerente, sendo irrelevante**, para esse específico efeito, **a eventual variação terminológica** registrada nas leis penais em confronto.

O que realmente importa, na aferição do postulado da dupla tipicidade, **é a presença** dos elementos estruturantes do tipo penal ('essentialia delicti'), **tais como definidos** nos preceitos primários de incriminação **constantes** da legislação brasileira e **vigentes** no ordenamento positivo do Estado requerente, **independentemente** da designação formal por eles atribuída aos fatos delituosos."

(Ext 977/República Portuguesa, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

"Extradição: delitos de 'burla qualificada' (C.Penal alemão, art. 263, alíneas 1 e 3) e 'desvio' (C.Penal alemão, art. 246, alíneas 1 e 2), à base da imputação de fatos que, no direito brasileiro, encontram adequação no crime de estelionato (C. Penal art. 171, **caput**): **dúplice incriminação dos fatos: demais pressupostos legais atendidos: deferimento.**"
(Ext 1.004/República Federal da Alemanha, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - grifei)

Como bem ressaltado pela douta Procuradoria Geral da República, justifica-se, quanto à exigência da dupla tipicidade, o acolhimento da postulação extradicional (fls. 120):

"9. O crime imputado ao extraditando não possui conotação política, afastando-se, portanto, a vedação

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

do art. 77 da Lei nº 6.815/80 e do art. 5º do Tratado específico.

10. A conduta imputada ao extraditando, de acordo com o relato extraído da Nota Verbal, tem correspondência no Brasil com o crime de homicídio simples, tipificado no art. 121, 'caput', do Código Penal." (grifei)

A defesa do ora extraditando alega, finalmente, que a conduta "supostamente perpetrada pelo extraditando enquadra-se na moldura legislativa brasileira (...), porém, o País Requerente omitiu que o artigo seguinte (80), prevê punição de RECLUSÃO OU PRISÃO PERPÉTUA para o mesmo crime, se praticado mediante atos que configuram agravantes", dai porque, "como os autos não foram devidamente instruídos com a denúncia (...), não há como saber se o extraditando, efetivamente, responderá e será processado tão somente nos termos do art. 79 do Código Penal Argentino, ainda mais se considerarmos que cada Província argentina possui um Código de Processo Penal específico" (fls. 106).

Conclui, portanto, que "não se pode descartar a possibilidade" de o extraditando "ser processado e condenado pelo País Requerente às penas de prisão ou reclusão perpétuas, o que não é admitido no Brasil, devendo ser indeferido o pedido de extradição", ou, "acaso a presente extradição seja deferida" deve o país requerente "assumir o compromisso de não processar e não



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

condenar o extraditando por crime que seja punido com prisão perpétua" (fls. 106/107).

Entendo, igualmente, não assistir razão, no ponto, à defesa do ora extraditando. Com efeito, conforme se pode depreender do documento constante a fls. 10/12, assinado pelo Juiz de Instrução, Dr. Jorge Raúl Malgor, o "**fato atribuído a Hector Roberto Hermosid se ajusta ao prescrito pelo art. 79 do Código Penal - Homicídio Simple** -, que prevê reclusão ou prisão de oito a vinte e cinco anos" (fls. 11 - grifei).

É certo, Senhores Ministros, conforme alegado na defesa, que "**o artigo seguinte (80), prevê punição de RECLUSÃO OU PRISÃO PERPÉTUA para o mesmo crime, se praticado** mediante atos que configuram agravantes" (grifei).

Sucede, porém, que a persecução penal tem por fundamento, no caso, consoante assinalado pelo próprio magistrado argentino, o art. 79 do Código Penal daquele País, que tipifica o crime de homicídio simples, punível com pena de reclusão de 8 a 25 anos de prisão (e não o delito de homicídio qualificado previsto no mencionado art. 80).

Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

De qualquer maneira, no entanto, e mesmo que se tratasse de delito punível com a pena de prisão perpétua, ainda assim mostrar-se-ia admissível a entrega extradicional do súdito estrangeiro em questão, desde que assumido, pelo Estado requerente, o compromisso de comutar, em pena temporária de até 30 anos, a pena de caráter perpétuo, tal como o estabelece o Artigo 13, n. 2, do Acordo de Extradicação MERCOSUL e o admite a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

"EXTRADIÇÃO E PRISÃO PERPÉTUA: NECESSIDADE DE PRÉVIA COMUTAÇÃO, EM PENA TEMPORÁRIA (MÁXIMO DE 30 ANOS), DA PENA DE PRISÃO PERPÉTUA - REVISÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM OBEDIÊNCIA À DECLARAÇÃO CONSTITUCIONAL DE DIREITOS (CF, ART. 5º, XLVII, 'b')."

- A extradição somente será deferida pelo Supremo Tribunal Federal, tratando-se de fatos delituosos puníveis com prisão perpétua, se o Estado requerente assumir, formalmente, quanto a ela, perante o Governo brasileiro, o compromisso de comutá-la em pena não superior à duração máxima admitida na lei penal do Brasil (CP, art. 75), eis que os pedidos extradicionais - considerado o que dispõe o art. 5º, XLVII, 'b' da Constituição da República, que veda as sanções penais de caráter perpétuo - estão necessariamente sujeitos à autoridade hierárquico-normativa da Lei Fundamental brasileira. Doutrina. Novo entendimento derivado da revisão, pelo Supremo Tribunal Federal, de sua jurisprudência em tema de extradição passiva."

(Ext 855/República do Chile, Rel. Min. CELSO DE MELLO)



Ext 1.171 / REPÚBLICA ARGENTINA

Essa, porém - insista-se -, não é a hipótese destes autos, pois a sanção penal aplicável ao ora extraditando oscila entre o mínimo de 8 (oito) anos e o máximo de 25 (vinte e cinco) anos, nos exatos termos do art. 79 do Código Penal argentino.

Observe, finalmente, que se impõe, no caso, a detração penal - exigida pelo Estatuto do Estrangeiro (art. 91, II) e pelo Acordo de Extradição MERCOSUL (Artigo 17) -, em ordem a que se deduza, da pena a ser eventualmente imposta ao ora extraditando, o período de prisão cautelar a que ele esteve sujeito, em nosso País, por efeito deste processo extradicional.

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, e acolhendo, ainda, o parecer da douta Procuradoria Geral da República, defiro o pedido de extradição deduzido pelo Governo da Argentina.

É o meu voto.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****EXTRADIÇÃO 1.171**

PROCED.: REPÚBLICA ARGENTINA

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

REQTE.(S): GOVERNO DA ARGENTINA

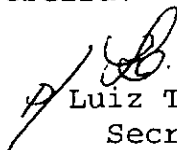
EXTDO.(A/S): HECTOR ROBERTO HERMOSID

ADV.(A/S): PATRÍCIA RIBEIRO LOURENÇO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deferiu o pedido de extradição. Falou pelo extraditando a Dra. Patrícia Ribeiro Lourenço. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Eros Grau. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 19.11.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira.


Luiz Tomimatsu
Secretário